Trata Brasil
Saneamento saúde

SANEAMENTO. ISSO É BÁSICO.

SANEAMENTO E OS ODS.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

O acesso à água tratada e ao serviço de esgotamento sanitário são direitos humanos reconhecidos há anos pelas Nações Unidas.

SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL.

Fonte: SNIS 2021

84,2%

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA TEM ACESSO A ÁGUA TRATADA

55,8%

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA TEM ACESSO À COLETA DE ESGOTO

51,2%

DO ESGOTO GERADO É TRATADO

40,3%

DA ÁGUA É PERDIDA ANTES DE CHEGAR NAS RESIDÊNCIAS

82,71

DADO DE INVESTIMENTO EM R$/ANO/HABITANTE

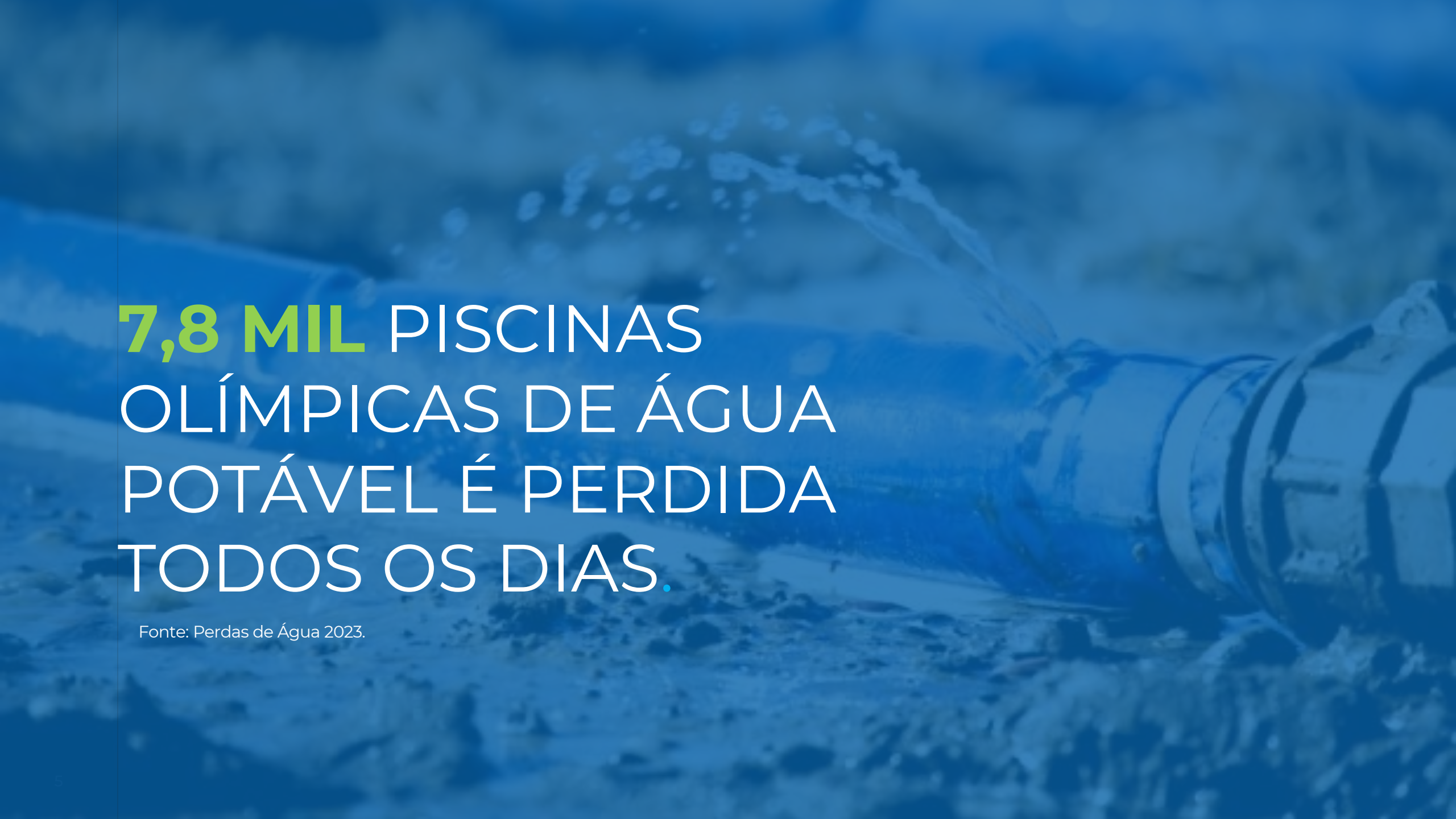
CERCA DE 33 MILHÕES

DE BRASILEIROS NÃO TÊM ACESSO À ÁGUA TRATADA

40,3%

DA ÁGUA É PERDIDA ANTES DE CHEGAR NAS RESIDÊNCIAS

Fonte: SNIS 2021



7,8 MIL PISCINAS OLÍMPICAS DE ÁGUA POTÁVEL É PERDIDA TODOS OS DIAS.

Fonte: Perdas de Água 2023.

A QUANTIDADE DE ÁGUA PERDIDA POR ANO SERIA SUFICIENTE PARA ABASTECER

66 MILHÕES

DE BRASILEIROS EM UM ANO

PODERIA TAMBÉM ATENDER, POR QUASE TRÊS ANOS, AOS MAIS DE

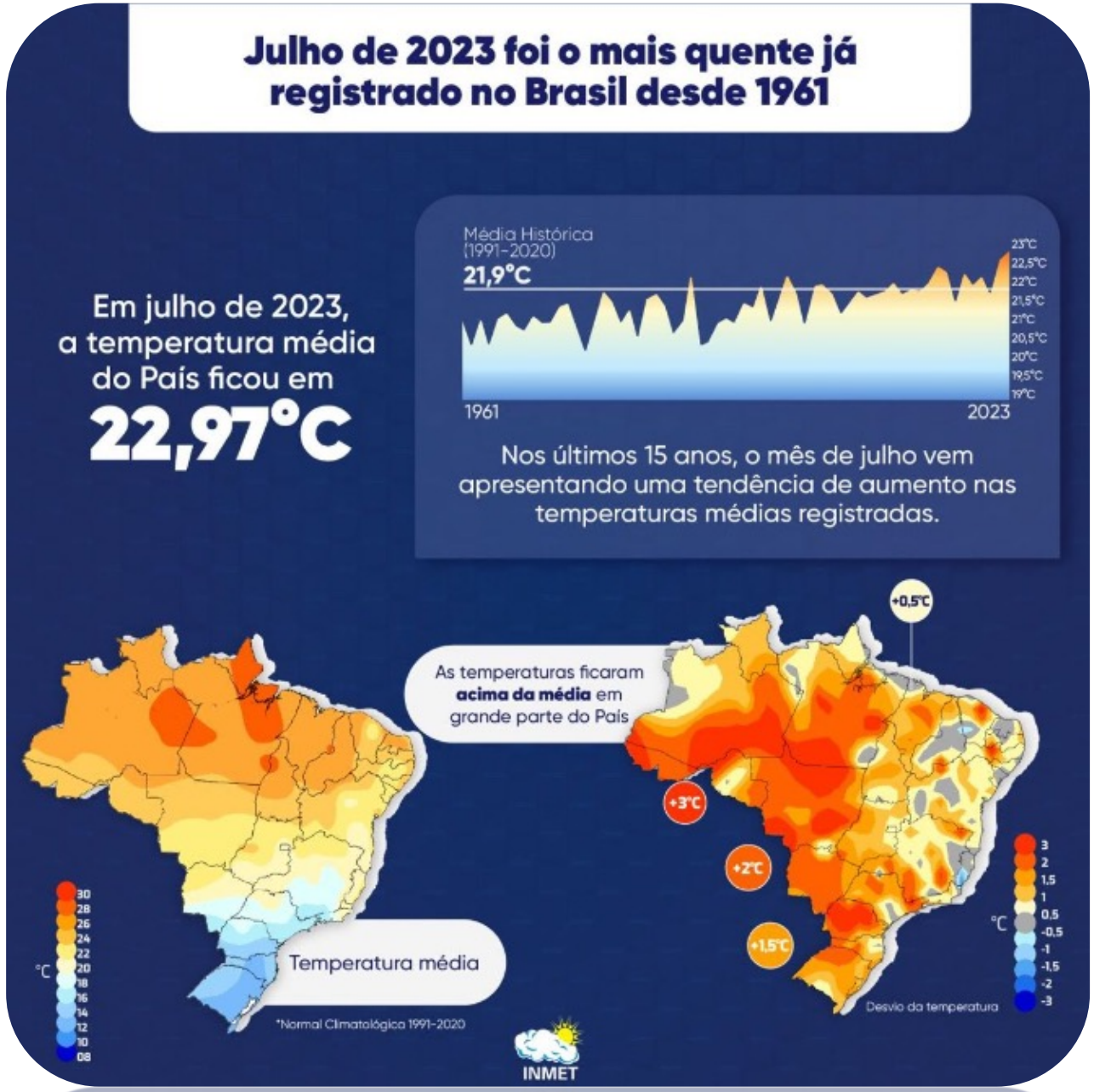
13 MILHÕES

DE BRASILEIROS QUE HABITAM EM FAVELAS

Fonte: Perdas de água 2022

AS CIDADES BRASILEIRAS PODEM PRECISAR DE **70% A MAIS DE ÁGUA POTÁVEL** PARA DEMANDAS DE CONSUMO HUMANO ATÉ 2040 SE AS PERDAS DE ÁGUA CONTINUAREM NA CASA DOS **40%** E SE HOUVER UM ACRÉSCIMO DE TEMPERATURA NA ATMOSFERA DE **1°C.**

Fonte: Demanda Futura por Água Tratada nas Cidades Brasileiras – 2019 a 2040


Julho de 2023 foi o mais quente já registrado no Brasil desde 1961
Em julho de 2023, a temperatura média do País ficou em
22,97°C
Média Histórica (1991-2020)
21,9°C
23°C
22,5°C
22°C
21,5°C
21°C
20,5°C
20°C
19,5°C
19°C
1961
2023
Nos últimos 15 anos, o mês de julho vem apresentando uma tendência de aumento nas temperaturas médias registradas.
As temperaturas ficaram acima da média em grande parte do País
+0,5°C
+3°C
+2°C
+1,5°C
°C
30
28
26
24
22
20
18
16
14
12
10
08
Temperatura média
*Normal Climatológica 1991-2020
°C
3
2
1,5
1
0,5
-0,5
-1
-1,5
-2
-3
Desvio da temperatura
INMET

Trata Brasil

93 MILHÕES

DE PESSOAS NÃO TÊM ACESSO À COLETA DE ESGOTO

51,2%

DOS ESGOTOS GERADOS SÃO TRATADOS

Fonte: SNIS 2021

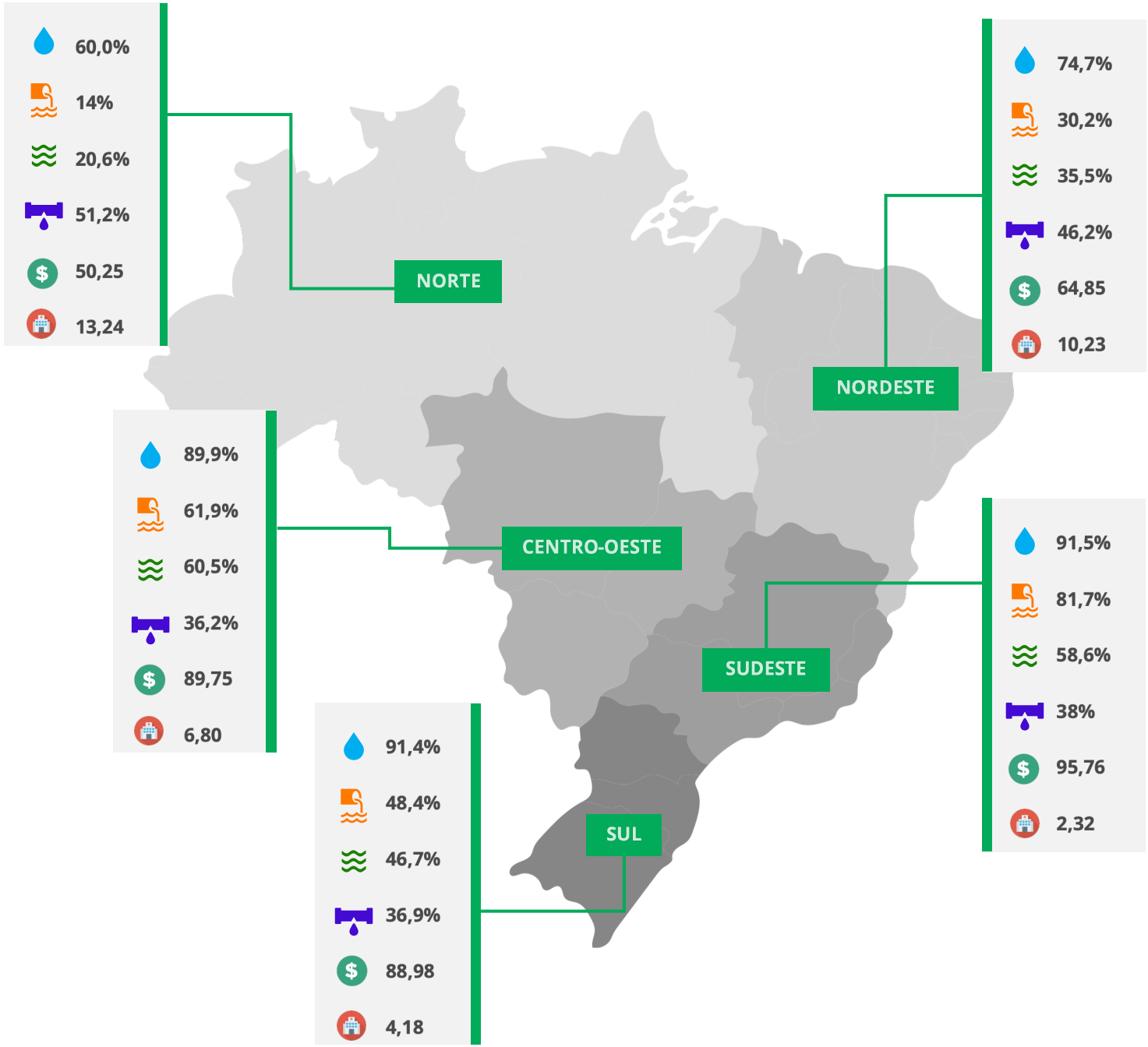
Esgotômetro.

Já são 253 dias corridos em 2023 até o dia 11 de outubro.

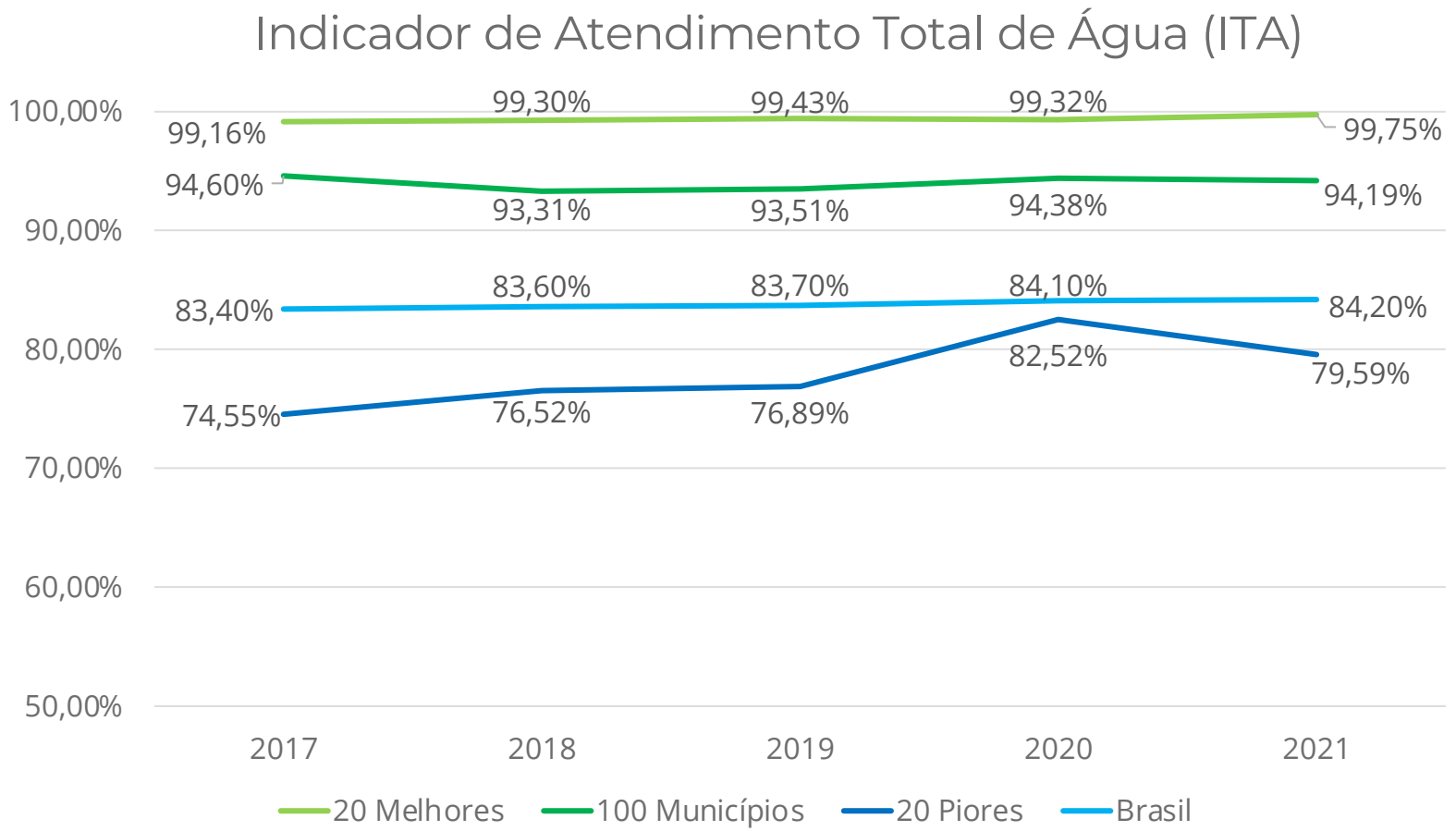
SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES BRASILEIRAS.

Fonte: SNIS 2021

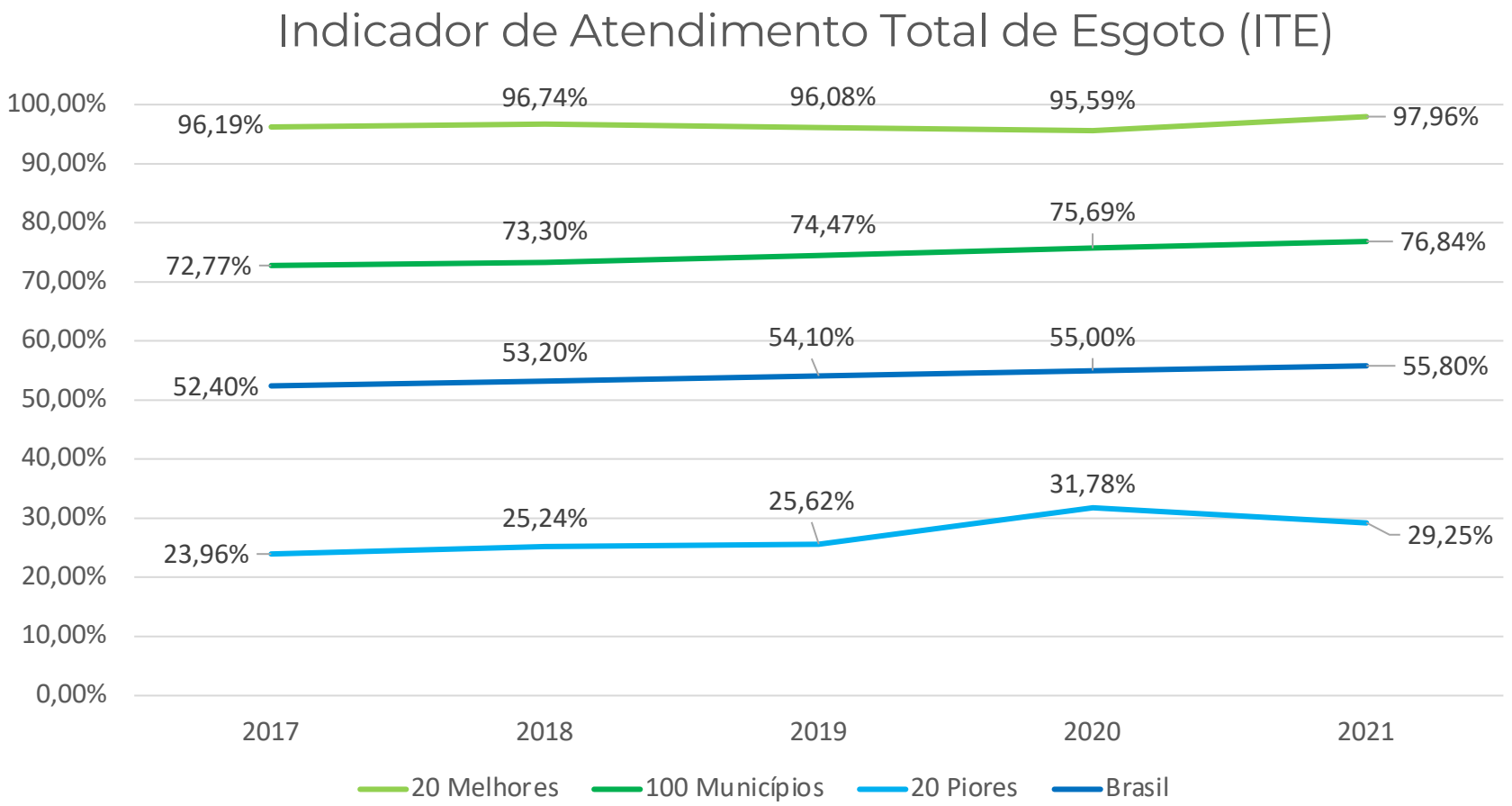
- ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA
- ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO
- ESGOTO TRATADO X AGUA CONSUMIDA
- PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
- DADO DE INVESTIMENTO EM R$/ANO/HAB
- INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÕES / 10 MIL HAB



POPULAÇÃO COM ACESSO À ÁGUA

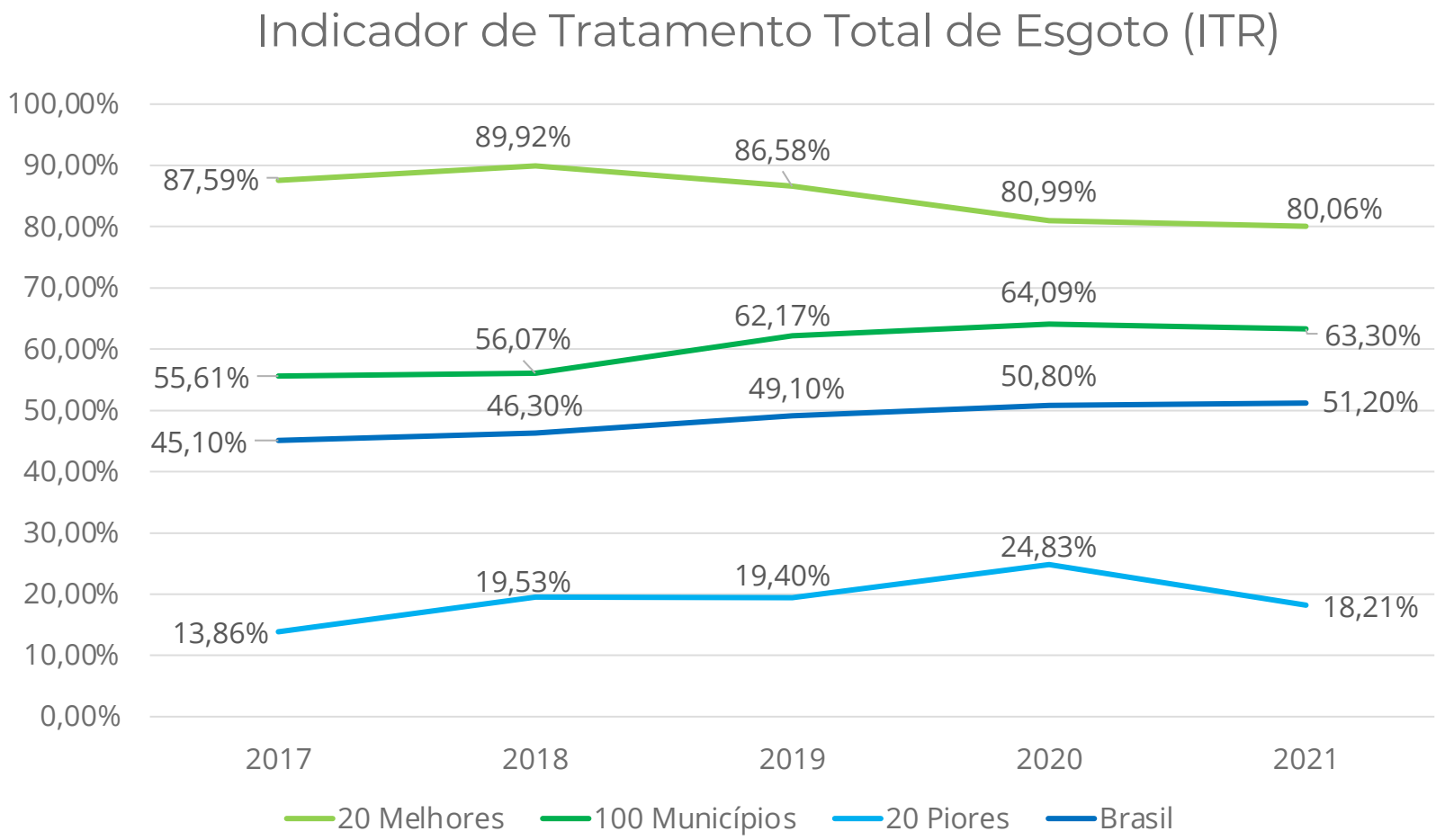


POPULAÇÃO COM ACESSO À COLETA DE ESGOTO NO BRASIL



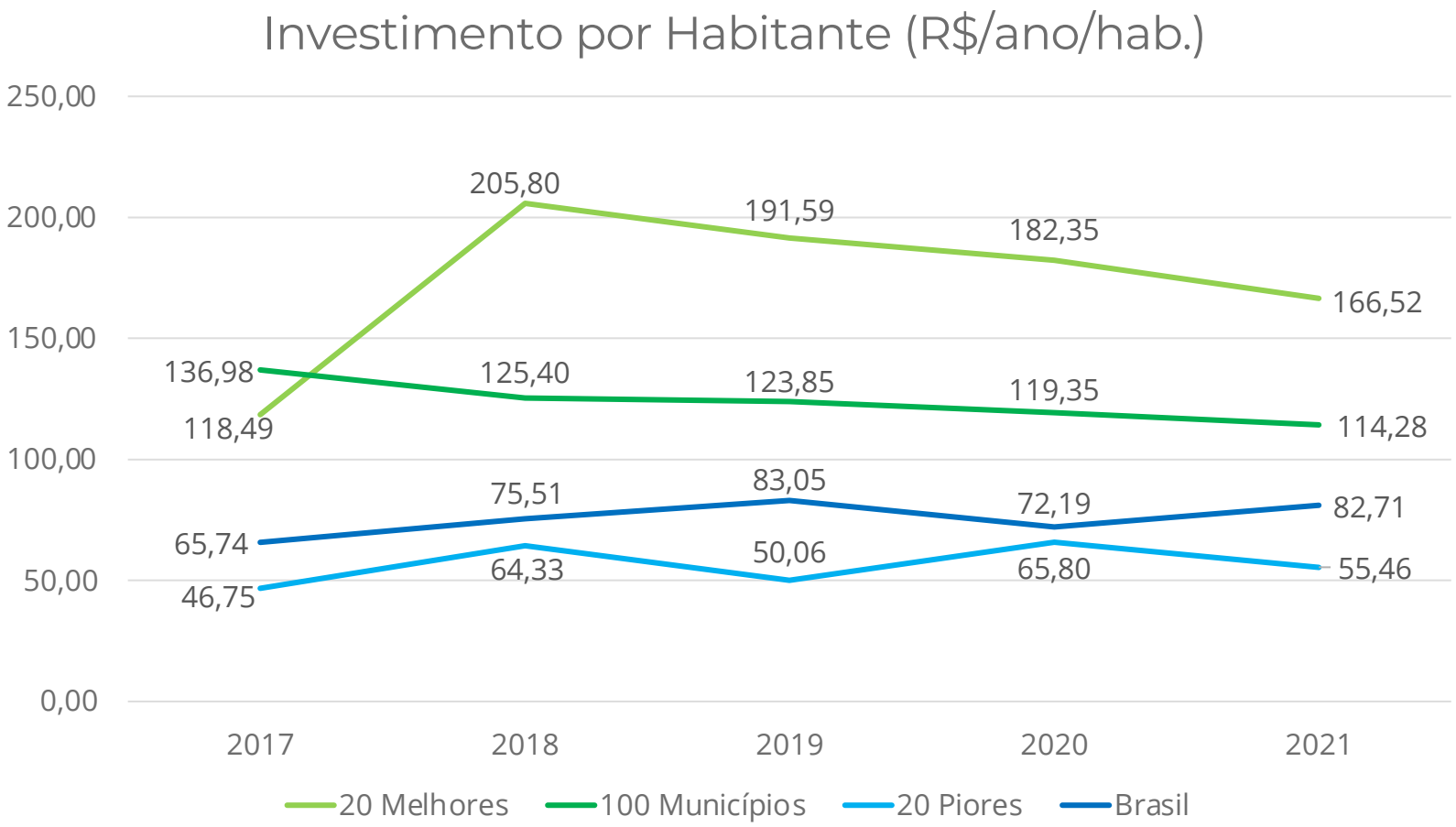
Fonte: Elaboração própria com dados do Ranking do Saneamento

ESGOTO TRATADO SOBRE ÁGUA CONSUMIDA



Fonte: Elaboração própria com dados do Ranking do Saneamento

INVESTIMENTO EM SANEAMENTO



Fonte: Elaboração própria com dados do Ranking do Saneamento

MARCO LEGAL (Lei 14.026/2020)

ESTABELECE METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

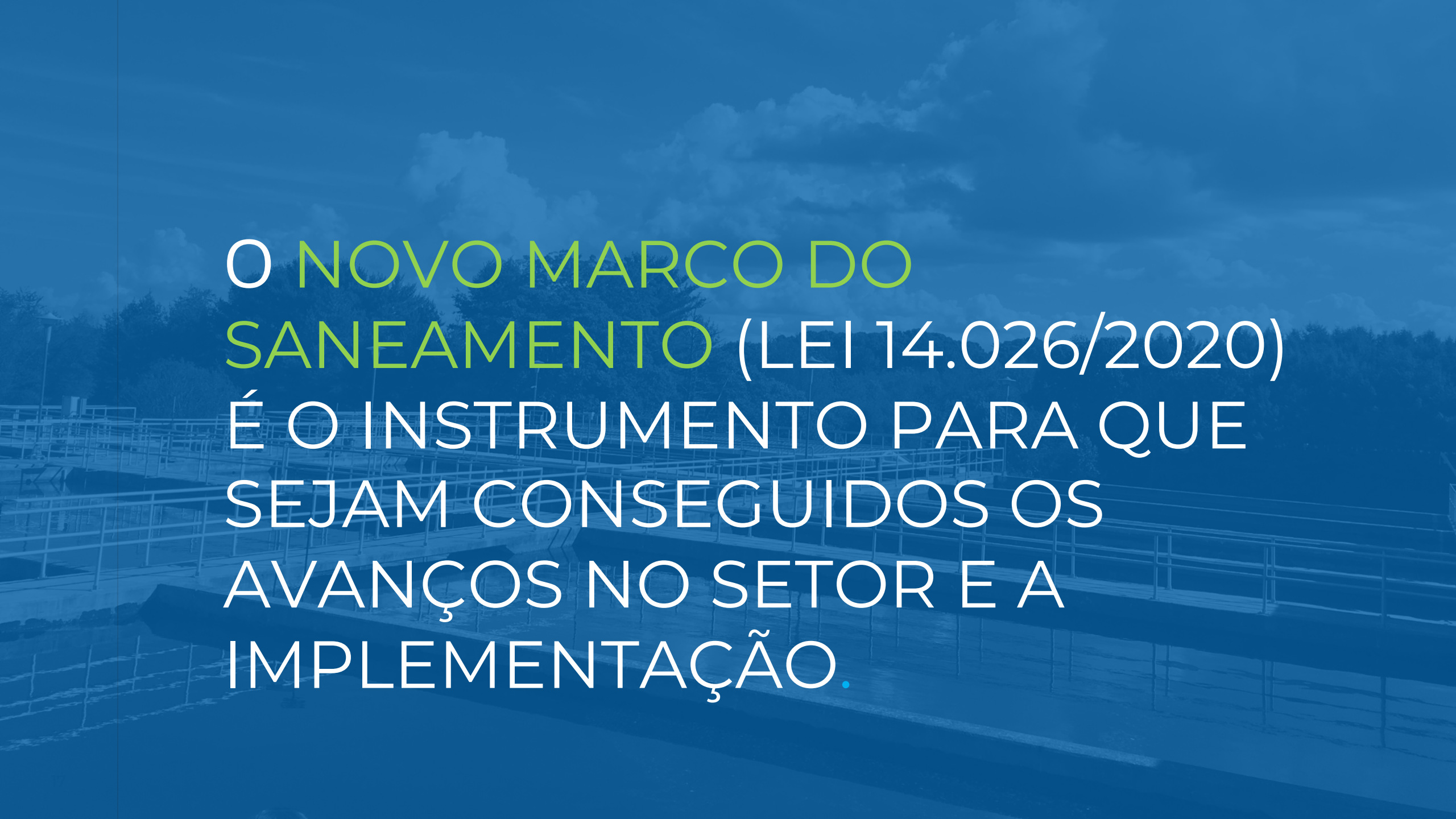
para distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto até 2033.

99%

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA COM ACESSO À ÁGUA POTÁVEL ATÉ 2033

90%

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA COM ACESSO À COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO



O NOVO MARCO DO SANEAMENTO (LEI 14.026/2020) É O INSTRUMENTO PARA QUE SEJAM CONSEGUIDOS OS AVANÇOS NO SETOR E A IMPLEMENTAÇÃO.

ACOMPANHAMENTO DOS AVANÇOS DO MARCO DO SANEAMENTO

- Aprovação do Marco Legal - Senso de Urgência para a busca de solução em relação ao tema Saneamento Básico;
- Já Estruturados **18 projetos de saneamento** em várias regiões e estados, como no Amapá, Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas – Diferentes modelos de Gestão;
- **Juntos somam** cerca de **R$68 bi em investimentos** e devem beneficiar cerca de 31 milhões de pessoas;
- Estão sendo **estruturados outros 29 projetos** no país e podem alcançar mais de 46 milhões de brasileiros nos próximos três anos.

QUANTO AINDA FALTA DE INVESTIMENTO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO?

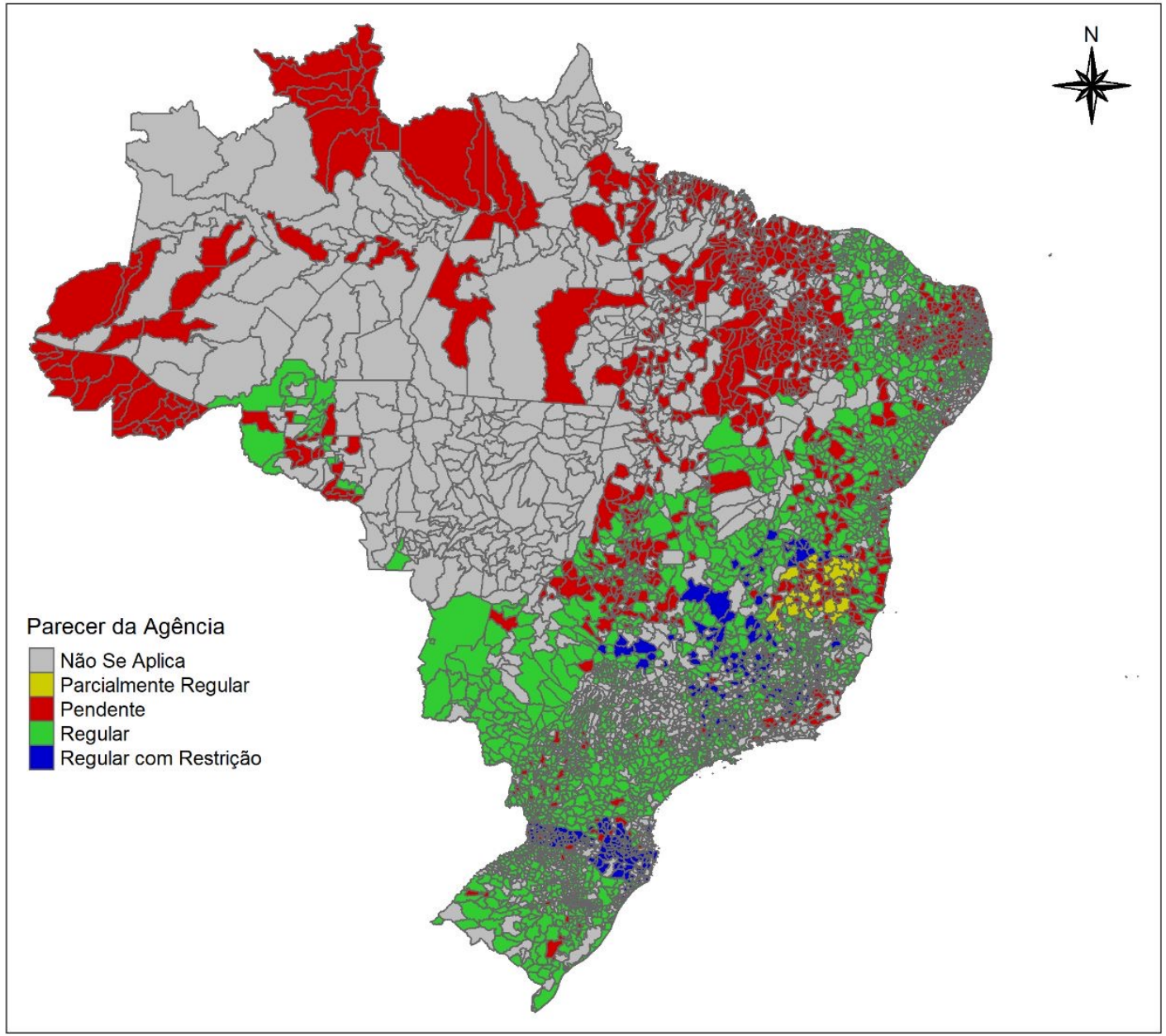
Investimentos	Correntes	Dez/21
Universalização	R$ 357.150.000.000	R$ 597.723.632.805
SNIS 2019	R$ 15.638.005.986	R$ 23.316.315.403
SNIS 2020	R$ 13.639.101.904	R$ 18.949.947.232
SNIS 2021	R$ 17.276.533.434	R$ 17.682.134.610
Resta Investir	Não Se Aplica	R$ 537.775.235.561
Investimento Anual	Não Se Aplica	R$ 44.814.602.963

MARCO LEGAL

COMPROVAÇÃO FINANCEIRA

Os prestadores de serviços devem apresentar um requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira às entidades reguladoras responsáveis por fiscalizar seus contratos até 31 de dezembro de 2023. Este novo prazo é uma prorrogação do que se previa no decreto de 2021, que tinha 31 de dezembro de 2021 como data limite para a apresentação da documentação.

Decreto 11.598/2023



MARCO LEGAL

COMPROVAÇÃO FINANCEIRA

Decreto 10.710/2021	Decreto 11.466/2023	Decreto 11.598/2023
As empresas estaduais teriam que comprovar capacidade econômico-financeira até **31/12/21** e os reguladores deveriam concluir o processo de comprovação até **31/03/2022**.	As companhias estaduais terão até **31/12/23** para apresentarem requerimento de comprovação e os reguladores deverão concluir o processo de comprovação até **31/03/2024**.	As companhias estaduais terão até **31/12/23** para apresentarem requerimento de comprovação e os reguladores deverão concluir o processo de comprovação até **31/03/2024**.
As companhias com contratos irregulares ou precários não podem atestar capacidade econômico-financeira.	As companhias com contratos precários e irregulares poderão comprovar capacidade econômico-financeira **até 31/12/25** caso atendam aos requisitos exigidos pelo Decreto. A vigência deste tipo de contrato não poderá ultrapassar o prazo máximo previsto para o atingimento das metas de universalização.	**As companhias com contratos irregulares ou precários não podem atestar capacidade econômico-financeira.**
As companhias deveriam apresentar os índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros com base nas demonstrações contábeis dos últimos cinco exercícios financeiros.	As companhias podem apresentar um plano de metas detalhado de atingimentos dos índices caso a média dos últimos 5 exercícios não seja satisfatória.	**As companhias podem apresentar um plano de metas detalhado de atingimentos dos índices caso a média dos últimos 5 exercícios não seja satisfatória.**
As companhias que desejavam desestatizar necessitavam apresentar até **31/12/2022** requerimento para as entidades reguladoras, concluindo o processo até **31/12/2023**.	A companhias submetidas ao processo de desestatização necessitam apresentar até **31/12/2023** requerimento para as entidades reguladoras, concluindo o processo até **31/12/2024**	A companhias submetidas ao processo de desestatização necessitam apresentar até **31/12/2023** requerimento para as entidades reguladoras, concluindo o processo até **31/12/2024**

Fonte: Decretos de saneamento. Elaboração: GO Associados.

MARCO LEGAL

COMPROVAÇÃO FINANCEIRA

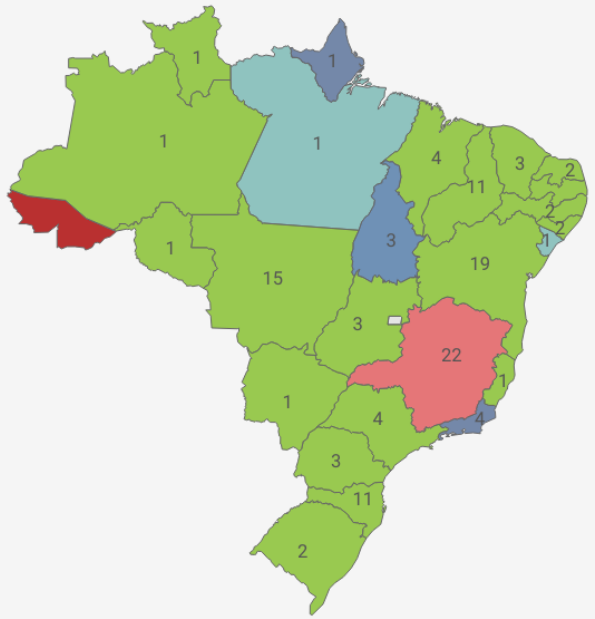
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM O DECRETO 10.710/2021

UF	Não Se Aplica	Regular	Regular c/ Restrição	Parcialmente Regular	Pendente	Total
AC	0	0	0	0	22	**22**
AL	86	10	0	0	6	**102**
AM	48	0	0	0	14	**62**
AP	16	0	0	0	0	**16**
BA	50	291	0	0	76	**417**
CE	32	150	0	0	2	**184**
DF	1	0	0	0	0	**1**
ES	25	46	0	0	7	**78**
GO	20	121	0	0	105	**246**
MA	77	0	0	0	140	**217**
MG	214	385	157	35	62	**853**
MS	11	66	0	0	2	**79**
MT	139	2	0	0	0	**141**
PA	91	0	0	0	53	**144**
PB	23	48	0	0	152	**223**
PE	12	160	0	0	13	**185**
PI	70	0	0	0	154	**224**
PR	54	309	0	0	36	**399**
RJ	63	0	0	0	29	**92**
RN	11	48	0	0	108	**167**
RO	15	21	0	0	16	**52**
RR	0	0	0	0	15	**15**
RS	180	306	0	0	11	**497**
SC	100	11	168	0	16	**295**
SE	4	56	0	0	15	**75**
SP	266	374	0	0	5	**645**
TO	92	0	0	0	47	**139**
Total	**1.700**	**2.404**	**325**	**35**	**1.106**	**5.570**

Fonte: ANA. Elaboração: GO Associados.

MARCO LEGAL

REGIONALIZAÇÃO



Status	Estado	Blocos	População	Municípios
Em tramite na Assembleia Legislativa	1	3	1.607.363	139
Lei aprovada	19	90	156.840.592	4.228
Lei arquivada	1	22	21.411.923	853
Modelagem anterior ao Decreto 10.588/2020	2	5	18.340.962	108
Modelagem em andamento	2	2	11.115.598	219
Não se aplica	1		3.094.325	1
Pendente	1		906.876	22

- Em tramite na Assembleia Legislativa
- Lei aprovada
- Lei arquivada
- Modelagem anterior ao Decreto 10.588/2020
- Modelagem em andamento
- Não se aplica
- Pendente

Fonte: Abcon

MARCO LEGAL

REGIONALIZAÇÃO

Decretos 10.588/2020 e 11.030/2022	Decreto 11.467/2023	Decreto 11.599/2023
3 possibilidades de estruturas de prestação regionalizada (região metropolitana, unidade regional e bloco de referência)	4 possibilidades de estruturas de prestação regionalizada (região metropolitana, unidade regional, bloco de referência e região integrada de desenvolvimento)	4 possibilidades de estruturas de prestação regionalizada (região metropolitana, unidade regional, bloco de referência e região integrada de desenvolvimento)
Indica expressamente que é facultativa a adesão dos titulares dos serviços às estruturas das formas de prestação regionalizada.	Não há nenhum dispositivo que indique ser facultativa a adesão dos titulares às estruturas das formas de prestação regionalizada.	Não há nenhum dispositivo que indique ser facultativa a adesão dos titulares às estruturas das formas de prestação regionalizada.
Limite de 25% para Parceria Público Privada (PPP).	Retirou a limitação de 25% do valor do contrato para a celebração de contratos de PPPs.	Retirou a limitação de 25% do valor do contrato para a celebração de contratos de PPPs. Este limite vale apenas para subdelegações.
Vedação à prestação direta de companhias estaduais sem processo licitatório.	Flexibilização para a prestação de serviços por parte de estatais sem prévia licitação, no caso de microrregiões, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.	Vedação à prestação direta de companhias estaduais sem processo licitatório.
Novo Marco determinou a formação da regionalização até 31 de março de 2023.	O Decreto 11.467/2023 flexibilizou tal prazo, ao estabelecer nova data-limite, em 31 de dezembro de 2025, sendo que após esta data, os municípios ainda terão 180 dias adicionais para aderir à respectiva estrutura regionalizada.	O Decreto 11.599/2023 manteve a nova data de 31 de dezembro de 2025 prevista no Decreto 11.467/2023.
Não havia priorização de projetos com modicidade tarifária.	O Decreto 11.467/2023 estabeleceu que, na alocação de recursos públicos federais serão priorizados os projetos cujas licitações adotem como critério de seleção a modicidade tarifária e a antecipação da universalização do serviço público de saneamento.	O Decreto 11.599/2023 manteve as priorizações prevista no Decreto 11.467/2023.

Fonte: Decretos de saneamento. Elaboração: GO Associados.

INDICADORES DE ATENDIMENTO, INVESTIMENTO E PERDAS POR CONDIÇÃO DOS CONTRATOS

Condição do Contrato		Regular [1]	Pendente[2]	Média Brasil
Cobertura de Água	Urbana[3]	94,4%	82,5%	93,5%
	Total[4]	85,2%	65,6%	84,2%
Cobertura de Esgoto	Urbana[5]	67,4%	39,1%	64,1%
	Total[6]	59,6%	29,4%	55,8%
Tratamento de esgoto[7]		54,1%	37,0%	51,2%
Investimento/Pop. Total[8]		113,03	55,22	90,21
Índice de Perdas na Distribuição[9]		35,9%	51,4%	40,3%
População (em 2021)		107.888.865	29.964.268	210.184.438
Número de Municípios		2.729	1.141	5.570

RANKING DAS 100 MAIORES CIDADES.

As 20 Melhores e as 10 piores em Saneamento Básico

Avaliação dos serviços nas 100 maiores cidades brasileiras

Estados de SP e PR

Concentram 14 dos 20 municípios mais bem posicionados no Ranking do Saneamento.

Melhores e Piores

20 MELHORES

1° São José do Rio Preto (SP)	11° Ponta Grossa (PR)
2° Santos (SP)	12° Sorocaba (SP)
3° Uberlândia (MG)	13° Suzano (SP)
4° Niterói (RJ)	14° Maringá (PR)
5° Limeira (SP)	15° Curitiba (PR)
6° Piracicaba (SP)	16° Palmas (TO)
7° São Paulo (SP)	17° Campina Grande (PB)
8° São José dos Pinhais (PR)	18° Vitória da Conquista (BA)
9° Franca (SP)	19° Londrina (PR)
10° Cascavel (PR)	20° Brasilia (DF)

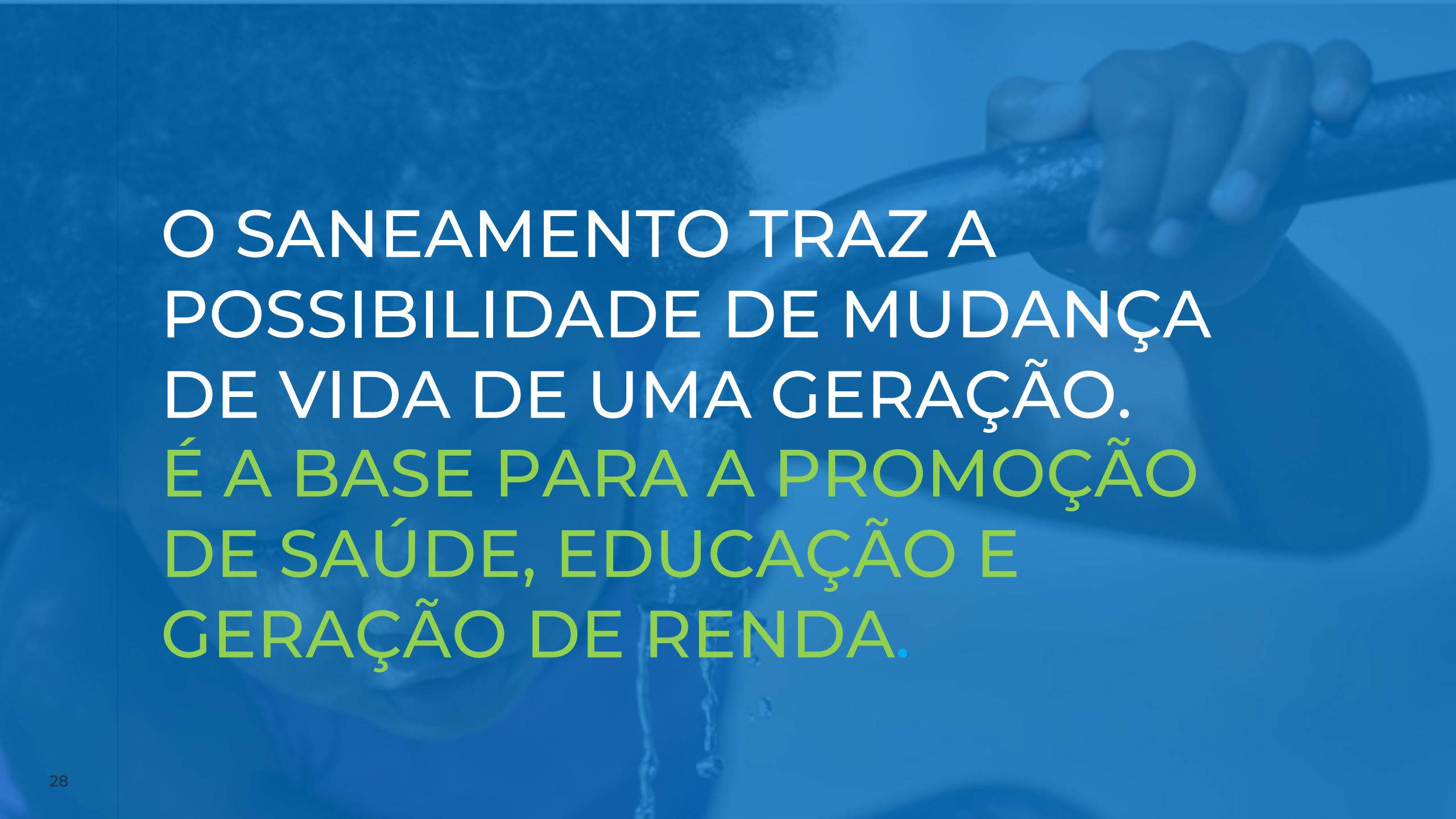
10 PIORES

91° Ananindeua (PA)	96° São Gonçalo (RJ)
92° Várzea Grande (MT)	97° Santarém (PA)
93° Maceió (AL)	98° Porto Velho (RO)
94° Rio Branco (AC)	99° Marabá (PA)
95° Belém (PA)	100° Macapá (AP)

Fonte: Ranking do Saneamento 2023

PIORES CIDADES EM SANEAMENTO

LOCALIDADE	ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA	ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO	ÍNDICE DE ESGOTO TRATADO REFERIDO À ÁGUA CONSUMIDA	PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	INVESTIMENTO EM R$/ANO/HAB
Macapá (AP)	36,60%	10,55%	27,14%	76,13%	16,94
Marabá (PA)	32,89%	0,73%	2,26%	49,36%	18,84
Porto Velho (RO)	26,05%	5,80%	0,00%	77,21%	50,47
Santarém (PA)	50,61%	4,12%	9,50%	46,26%	31,94
São Gonçalo (RJ)	90,08%	33,70%	15,49%	39,54%	5,04



O SANEAMENTO TRAZ A POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE VIDA DE UMA GERAÇÃO. É A BASE PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA.

A FALTA DE SANEAMENTO TEM IMPACTO DIRETO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO.

DENGUE

LEPTOSPIROSE

ESQUISTOSSOMOSE

DIARRÉIA

UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA. SÃO DOENÇAS QUE ASSOLAM AS PESSOAS POR TODO O PAÍS.

1.493

ÓBITOS TOTAIS POR DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA EM 2021 **NO BRASIL**

+ 128 mil

INTERNAÇÕES TOTAIS POR DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA EM 2021 **NO BRASIL**

Diarreia, leptospirose, dengue, doenças de pele, malária, esquistossomose

Fonte: Painel Saneamento Brasil, ano base 2021

Trata Brasil

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

5 IGUALDADE DE GÊNERO

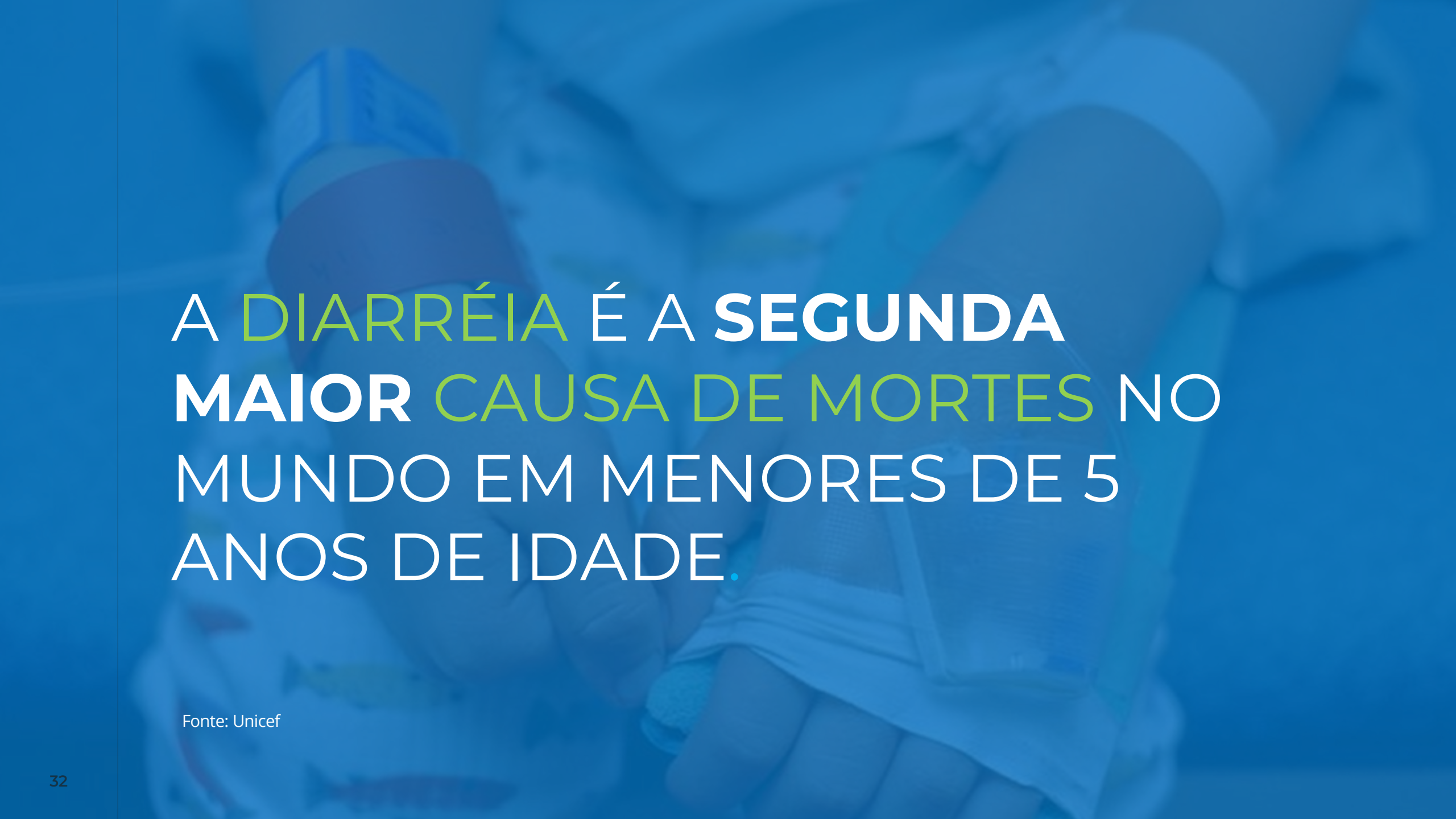
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

BENEFÍCIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

FALTA DE SANEAMENTO NA VIDA DE MULHERES E MENINAS.

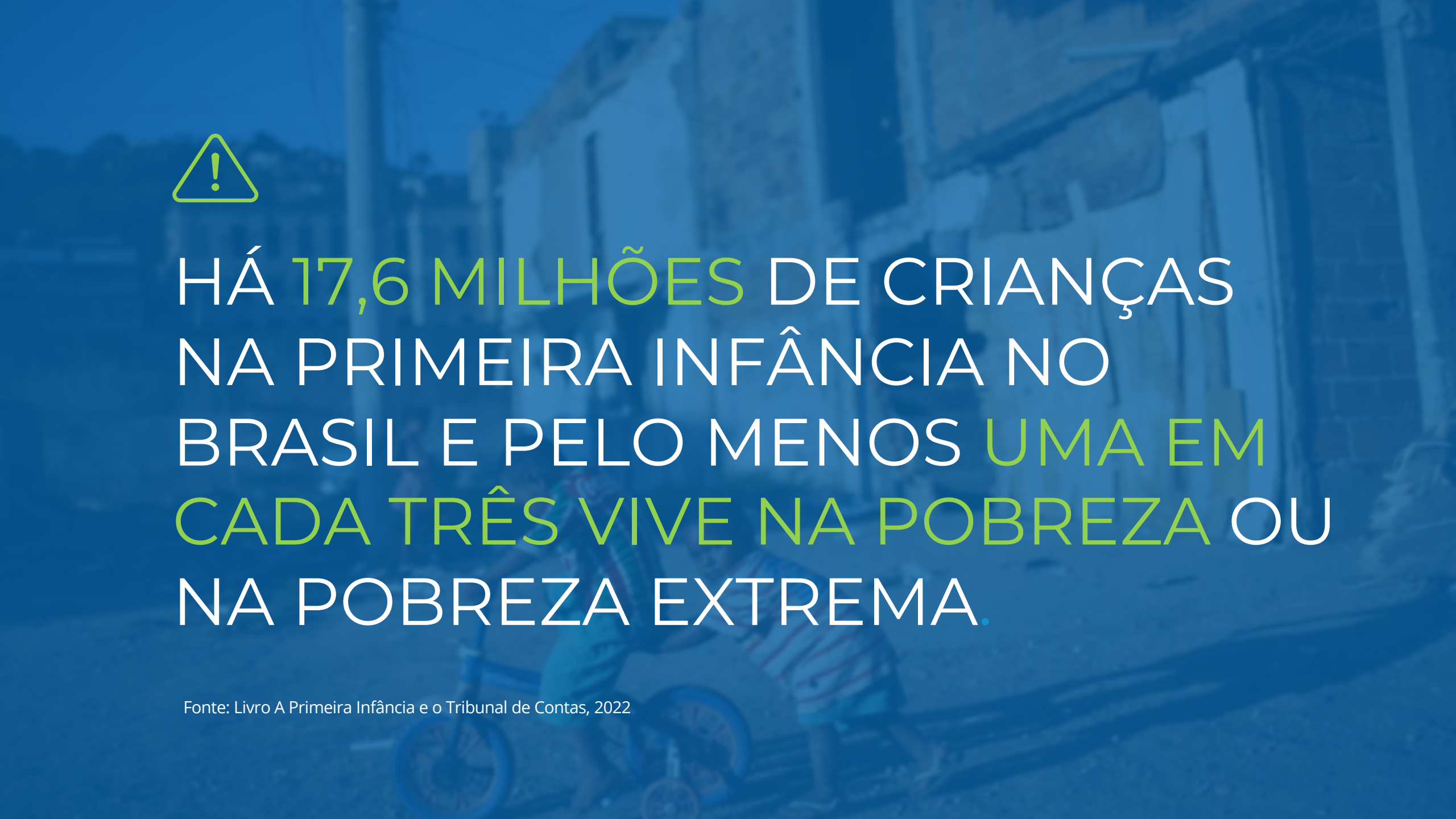
O índice de **doenças ginecológicas** em mulheres e meninas **sem acesso ao saneamento é 63% superior** . O acesso ao saneamento tem o **potencial de elevar a produtividade** das gerações futuras de trabalhadoras, com efeito positivo sobre **sua remuneração**.

Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.



A DIARRÉIA É A **SEGUNDA MAIOR** CAUSA DE MORTES NO MUNDO EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE.

Fonte: Unicef

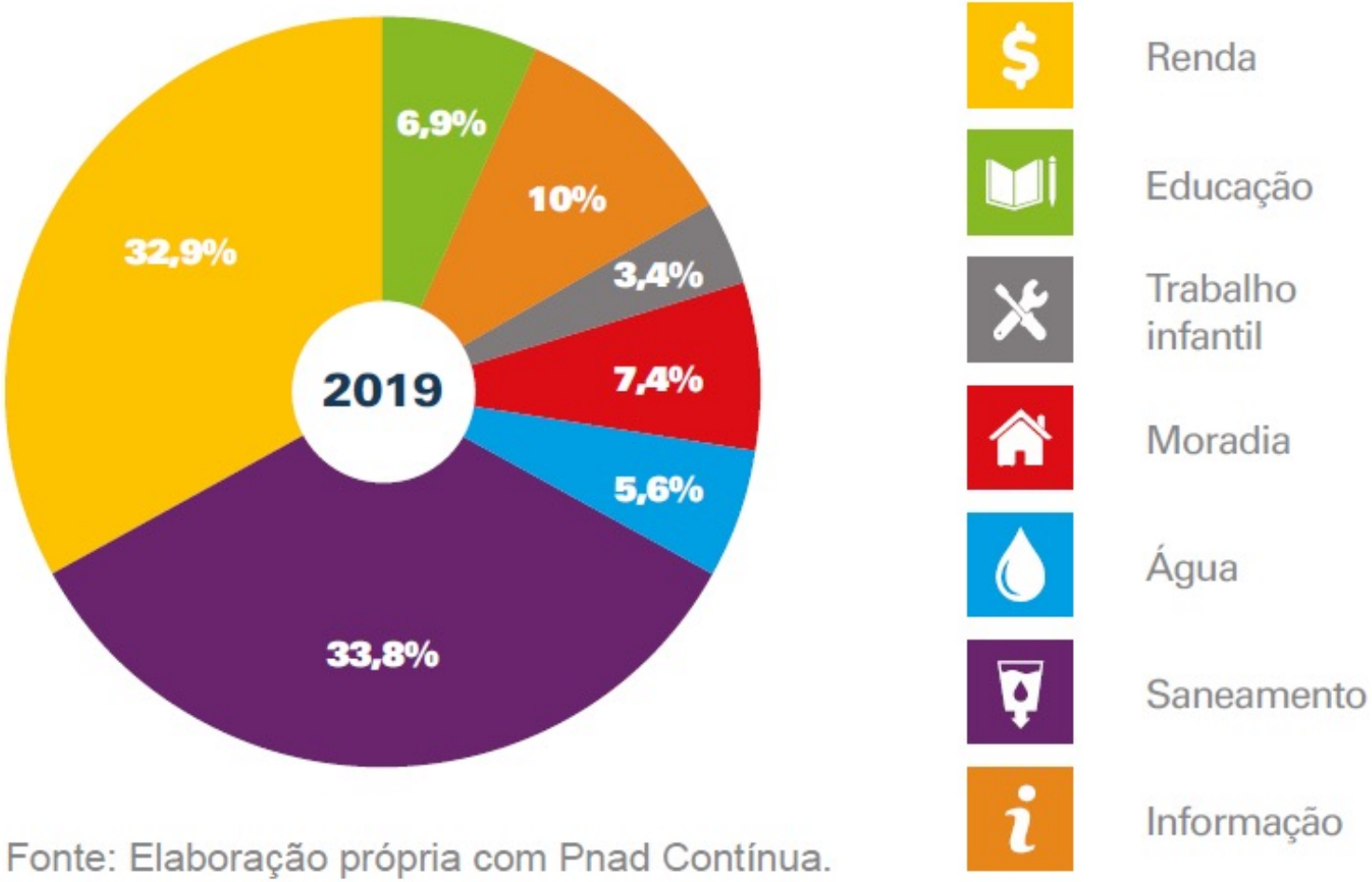


HÁ 17,6 MILHÕES DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL E PELO MENOS UMA EM CADA TRÊS VIVE NA POBREZA OU NA POBREZA EXTREMA.

Fonte: Livro A Primeira Infância e o Tribunal de Contas, 2022

EM NÍVEL NACIONAL, A DIMENSÃO QUE MAIS CONTRIBUI PARA A POBREZA É SANEAMENTO (33,8%), SEGUIDA DE RENDA (32,9%).

Decomposição das privações por dimensões – Pnad Contínua[8]



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Fonte: Unicef – As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil

Trata Brasil

BENEFÍCIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

SANEAMENTO E EDUCAÇÃO.

Crianças e jovens que moram em áreas sem acesso aos serviços de coleta de esgoto possuem escolaridade média menor.

Com saneamento: 9,18 anos

Sem saneamento: 5,31 anos

Fonte: Estudo Trata Brasil, Benefícios Econômicos e Sociais do Brasil, 2022

Trata Brasil

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

BENEFÍCIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

TRABALHO.

Pessoas que moram em áreas sem acesso aos serviços de saneamento possuem renda salarial média menor.

Com saneamento: R$ 2.859,78

Sem saneamento: R$ 486,37

Fonte: Estudo Instituto Trata Brasil, 2022.

37,7 MILHÕES

DE PESSOAS SAIRIAM DA PROBREZA COM A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

Fonte: Estudo do Instituto Trata Brasil, 2022

A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS PODE GERAR MAIS DE R$1,4 TRI EM BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO.

Fonte: Estudo do Instituto Trata Brasil, 2022.

SAÚDE

EDUCAÇÃO

PRODUTIVIDADE

TURISMO

VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

BENEFÍCIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Até 2040, **a economia com saúde**, seja pelos afastamentos do trabalho, seja pelas despesas com internação no SUS, **deve alcançar R$ 25,1 bilhões no país**.

Estima-se que **os ganhos de renda do turismo** no Brasil devidos à universalização do saneamento até 2040 atinjam **R$ 80 bilhões no país**.

Espera-se um **ganho de renda e produtividade do trabalho** de **R$ 438 bilhões**, o que equivale a um ganho anual de **R$ 22 bilhões** com a universalização do saneamento básico.

Estima-se que o **ganho para os proprietários de imóveis que alugam ou que vivem em moradia própria** com acesso ao saneamento básico alcance **R$ 2,4 bilhões por ano** no país.

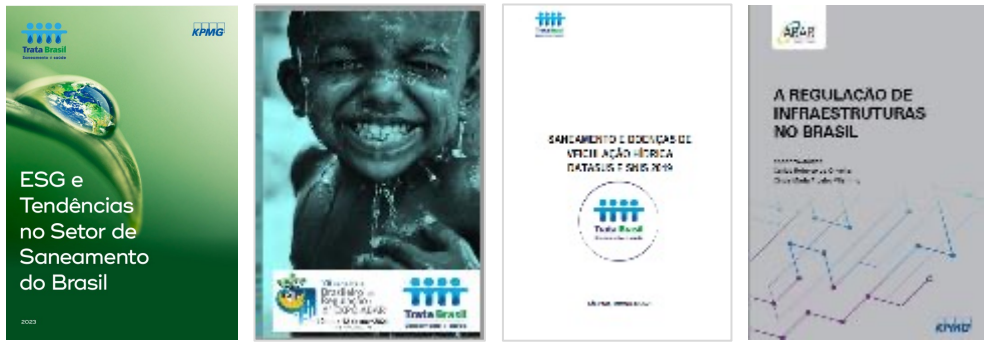
ESTUDOS SOBRE SANEAMENTO BÁSICO.

Com o objetivo de fornecer informações e mobilizar a sociedade brasileira sobre o direito e a importância do saneamento básico, como acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto, o Instituto Trata Brasil produz estudos com ampla cobertura midiática todos os anos em parceria com renomados pesquisadores e consultores no Brasil.

RANKING DO SANEAMENTO

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
NA EXPANSÃO DO SANEAMENTO

PERDAS DE ÁGUA



OUTROS ESTUDOS SOBRE REGULAÇÃO E SANEAMENTO

PAUTA ESG.

Trata Brasil
Saneamento é saúde
KPMG
ESG e Tendências no Setor de Saneamento do Brasil
2023

Critérios destacados & pesos de dimensão
DIMENSÃO AMBIENTAL (42%)
Estratégia climática
Geração de energia elétrica
Operação ecoeficiente
Riscos hídricos
DIMENSÃO SOCIAL (26%)
Saúde e segurança ocupacional
Engajamento de stakeholders
GOVERNANÇA E ECONÔMICO (32%)
Código de conduta do negócio
Governança Corporativa
Oportunidades de mercado

PAUTA ESG.

- Promover a adaptação da cadeia de valor – reguladores, empresas, fornecedores e clientes – às mudanças climáticas, que exigirá nova **governança para a gestão de recursos hídricos** em um ambiente com **mudança na sazonalidade das chuvas -** enchentes e secas externas;

- **Reduzir a dependência** do setor em relação às **fontes centralizadas de energia** que, em geral, também serão impactadas pelas **mudanças climáticas**.

DESAFIOS AINDA A SEREM ENFRENTADOS.

- Conscientização da população a respeito da importância do saneamento básico;
- Priorização do Tema Saneamento Básico por parte dos governantes;
- Usos de poços;
- Ligação à rede de esgoto.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL.

O Painel traz indicadores dos **839 municípios** com população acima de **50 mil habitantes**.

Brasil

Área do município (km²)
8.515.759,090 (IBGE / 2021)

População (pessoas)
213.317.639 (IBGE / 2021)

**PIB per capita, em R$** (R$ por habitante)
40.688,10 (IBGE / 2021)

baixar resumo

33.211.937 População sem acesso à água (pessoas) SNIS / 2021	**92.871.315** População sem coleta de esgoto (pessoas) SNIS / 2021	**5.221.572,64** Esgoto não tratado (mil m³) SNIS / 2021	**17.276.533.434,21** Investimentos totais, em R$ de 2021 (R$ a preços de 2021) ITB / 2021
15,8% Parcela da população sem acesso à água (% da população) SNIS / 2021	**44,2%** Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população) SNIS / 2021	**51,2%** Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%) SNIS / 2021	**80,99** Investimentos per capita, em R$ de 2021 (R$ a preços de 2021) ITB / 2021
128.912 Internações totais por doenças de veiculação hídrica (Número de internações) DATASUS / 2021	**2.859,78** Renda das pessoas com saneamento (R$ por mês) IBGE / 2021	**9,18** Escolaridade das pessoas com saneamento (Anos de educação formal) IBGE / 2021	**-** Aluguel médio das moradias com saneamento (R$ por mês) IBGE / 2021
1.493 Óbitos por doenças de veiculação hídrica (Número de óbitos) DATASUS / 2021	**486,37** Renda das pessoas sem saneamento (R$ por mês) IBGE / 2021	**5,31** Escolaridade das pessoas sem saneamento (Anos de educação formal) IBGE / 2021	**-** Aluguel médio das moradias sem saneamento (R$ por mês) IBGE / 2021

compartilhe

Trata Brasil

Saneamento é saúde

OBRIGADO!

LUANA SIEWERT PRETTO

CEO

INSTITUTO TRATA BRASIL

luana.pretto@tratabrasil.org.br

VISITE NOSSO SITE